

TEORIA CONSTRUTIVISTA E O POPULISMO CONTEMPORÂNEO: O CASO BRASILEIRO

Náthaly Calixto¹

Membro Associado do Observatório Político

Resumo

O atual quadro político da comunidade internacional revela diversos políticos procurando votos com palavras-chaves como: nação, igualdade e valores. Tal fenómeno tem funcionado gerando grande legitimidade e apoio popular. Ao mesmo tempo, o mundo hoje caminha para caminhos extremistas perigosos, o que nos leva a refletir sobre os desdobramentos do atual populismo. No mundo das Relações Internacionais, estuda-se que uma das teorias que busca explicações e legitimidade, exatamente na lógica de cultura e valores, é a construtivista. Como exemplo de populistas atuais, iremos analisar a eleição do presidente Jair Bolsonaro, abordando a influência de tal teoria no novo populismo no cenário internacional e, principalmente, no Brasil.

Palavras-chave

Populismo, Bolsonaro, teoria construtivista, direita, legitimidade, apoio popular, extremismo, Brasil.

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, o mundo tem passado por diversas transformações socio-políticas. A crescente preocupação com a

¹ Mestranda em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pós-graduada Política Internacional, Instituto Internacional Clio (Rio de Janeiro, Brasil). Licenciada em Direito, Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil).

manutenção da paz na comunidade internacional e o desenvolvimento de novas teorias de relações internacionais são exemplos disso. A teoria construtivista enquadra-se como uma das teorias que teve seu desenvolvimento nessa época.

Baseada na ideia de que o mundo deve ser moldado pelas percepções e pelas crenças de uma sociedade, tal teoria teve grande destaque na década de 90 até os dias de hoje, tentando explicar uma nova construção do mundo e possível falha do Realismo.

Já o populismo teve sua alta na década de 30, no pós-crise mundial de 1929, em que líderes políticos buscavam sua ascensão por meio de intenso carisma e propostas de valorização do sentimento de pátria, valores da sociedade e desenvolvimento nacional, conquistando imenso apoio popular.

Atualmente, após a crise de 2009, o mundo tem visto uma explosão, seja na América Latina, seja na Europa, de políticos e partidos caminhando pela lógica do populismo, ou seja, buscando apoio em políticos carismáticos, que valorizem a lógica de defesas dos interesses nacionais, de valores tradicionais, de atendimento da demanda de maiorias e rompimento com o cenário político econômico vigente.

No Brasil, esse quadro afirma-se com a eleição de Jair Bolsonaro. O discurso desse político segue exatamente a linha ora abordada, e ganhou intenso apoio popular, mais pelos seus discursos do que efetivamente pelas suas propostas.

Neste quadro, diante da lógica construtivista de que a percepção e valores de uma sociedade teriam influência na lógica compartilhada na comunidade internacional, questionamos até que ponto a teoria construtivista teria influência no atual quadro de populismo, e conseqüentemente na eleição de políticos como Bolsonaro.

Rápido contexto histórico do Brasil

Como sabido, a democracia no Brasil é relativamente recente. Trata-se de um país categorizado como república federativa presidencialista. Desde a proclamação da República, em 1889, o país já teve 42 representantes em seu governo, sendo o último, recentemente eleito, Jair Bolsonaro.

A primeira fase da república brasileira foi marcada pela aliança entre oligarquias rurais e militares, sendo Prudente de Moraes o primeiro presidente civil eleito. Durante esse tempo, os grandes barões do café

comandavam o país, sendo essa época caracterizada pela política do café (cidade de São Paulo) com leite (cidade de Minas Gerais). Em razão dessa grande influência, até 1930 todos os presidentes eleitos eram decorrentes dessa forte aliança oligárquica.

Na década de 30, em razão da crise mundial de 1929, a burguesia industrial e a oligarquia rural tiveram o ápice de sua crise. Em razão da forte instabilidade econômica e, conseqüentemente, política, o exército aproximou-se de vários grupos de oposição ao Governo Federal, levando ao golpe militar da primeira república. A partir daí, até 1945, iniciou-se a era Vargas.

Vargas era um político extremamente carismático, populista e que usava a dicotomia entre classes e discursos baseados em crescimento econômico do país e mais direitos para maiorias, para criar laços emocionais com a população, conquistando assim grande apoio popular. Contudo, o primeiro governo de Vargas foi marcado pelo clima de tensão entre as oligarquias rurais e os militares, o que levou a diversas tentativas de golpe e até mesmo à declaração de estado de sítio por parte de Getúlio, ampliando seus poderes políticos. Apesar do discurso nacionalista e tentativas de se manter no poder, em 1945, o presidente foi derrubado pelo Exército.

Cinco anos depois, Getúlio Vargas volta ao poder, agora por meio de eleições presidenciais, no entanto após contínuas pressões da oposição em 1954, ele se suicida. Em seguida, tivemos Café Filho, com governo muito breve e, em janeiro de 1955, assume Juscelino Kubitschek prometendo realizar cinquenta anos em cinco. Após um governo mais voltado para a direita, tivemos a eleição de Jânio Quadros, que renunciou ao mandato no ano seguinte.

Em razão da renúncia, assume o vice-presidente João Goulart, que, no entanto, teve o seu governo suspenso com mais um golpe militar, em razão de suspeita de um governo comunista. Alegando restaurar a democracia, livrar o país da corrupção, de gastos desnecessários e, principalmente, do comunismo, o golpe militar gerou um regime que durou de 1964 até 1985.

Durante essa época, o país era governado por atos institucionais, dentre eles atos que suspenderam direitos políticos da oposição, chegando a suspender até mesmo direitos políticos dos cidadãos. Em razão da forte repressão e severa política de censura, esse período ficou marcado pela ditadura militar no país.

Em 1984, o país inicia o movimento *Diretas Já*, com o pedido de eleições diretas para a presidência. Após pressão popular, a ditadura militar termina

e temos então a criação de partidos de oposição. Alguns partidos compostos por oposição legítima e outros criados com influência e indicação dos próprios militares. Tancredo Neves seria o próximo presidente, contudo não chegou a tomar posse e faleceu em razão de uma infecção hospitalar. José Sarney assumiu e, em 1988, o Brasil teve a constituição que permanece até os dias de hoje, instituindo novamente o Estado democrático de direito e o presidencialismo.

Em 1990, assume Fernando Collor de Mello, decorrente da primeira eleição direta desde 1960, contudo após dois anos de governo, o presidente foi afastado por corrupção, levando-o a renunciar. Seu vice-presidente, Itamar Franco assume e, em 1994, temos a eleição de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 até 2002. Em 2002, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores assume o governo com Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito em 2006. Em seguida, Dilma Rousseff, sucessora de Lula, foi eleita e reeleita em 2014. Dois anos depois, a presidente sofre *impeachment* e é substituída por Michel Temer, seu vice-presidente.

Todo esse histórico político do país demonstra como a democracia no país, além de recente, é extremamente frágil.

Hoje, após esse contexto, com um *slogan* de “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, e dizendo seguir uma linha contra o comunismo, fim da corrupção e recuperação do Brasil e dos valores da família, foi eleito o presidente Jair Bolsonaro.

Teoria construtivista e o novo populismo

No final da década de 80, a partir de um estudo sobre a nova composição da comunidade internacional, com o fim da União Soviética, e uma nova visão sobre teorias tradicionais das Relações Internacionais, além da realista e liberal, foi incorporado ao debate a teoria construtivista.

Também baseado na sociologia, o construtivismo propõe romper com o método científico do Realismo, de soberania e legitimação. Essa teoria reivindica que os Estados sejam analisados com base nas suas identidades, estruturas sociais e política doméstica.

Um de seus principais teóricos foi Alexandre Wendt, que inspirado em sociólogos como Anthony Giddens e cientistas como Roy Bhaskar, afirmou que as estruturas sociais são conectadas às compreensões de seus

agentes, em outras palavras, aos civis que exercem sua cidadania e formam o Estado baseados nessas compreensões.

Para Wendt, não importam apenas fatos, mas sim a interpretação e significado dados pelos próprios agentes. Esse teórico afirma que os estudiosos de Relações Internacionais tendem a estudar os resultados comportamentais associados às diferentes distribuições de poder entre os Estados, ao longo da história. Para o autor, as tentativas de padrões de estabilidade e paz desse tipo de análise são inadequadas na ausência de qualquer exame teórico de como os Estados compreendem a natureza e a identidade das ameaças de outros Estados.

Diante disso, a teoria construtivista entende que seus pilares são: constituição mútua de agentes e estruturas, compreensão da condicionalidade das estruturas não-materiais sobre as identidades e interesse dos atores e importância equitativa entre estruturas normativas e materiais. Com isso, os construtivistas afirmam, ainda, que as crenças e valores compartilhados dos atores são o que formam os regimes internacionais.

Cumprindo ainda destacar, que o construtivismo sofreu influência do que hoje é caracterizado por Sociologia. A Sociologia surgiu com a ideia de se interessar por temáticas pelas quais a História não se interessaria, em outras palavras, em acontecimentos da sociedade, seus padrões e problemas sociais da época. No entanto, com o novo contexto internacional e fim da Guerra Fria, a Sociologia deixou de se colocar como ciência, para focar sua atenção no novo mundo que estava sendo construído, criando assim uma ideologia, no sentido de caminho para uma ordem internacional perfeita. Com base no conceito de sociedade internacional, cunhado por Hugo Grotius ainda no século XVII, em que as normas internacionais são originadas das normas sociais, alguns autores passaram a enfatizar a formação de uma "cultura internacional", enquanto outros passaram a procurar a existência de interesses comuns das partes atomizadas.

A partir daí, a Sociologia distanciou-se um pouco da sociedade, e voltou-se mais para a construção de uma sociedade perfeita, em que tudo seria transnacional. Isso porque a Sociologia aplicada a Relações Internacionais passou a analisar não só os padrões sociais das normas, mas também como essa cultura internacional poderia garantir a ordem internacional, já que na medida em que ocorre convergência de orientação de valores em algumas áreas, as possibilidades de cooperação são maiores. Tal procura pela cultura internacional deixou de lado o acompanhamento dos movimentos sociais e os reais impactos na estrutura da sociedade. Tal

influência gera impacto também nas teorias em que a Sociologia serve de base, como a teoria construtivista.

Tendo o construtivismo uma visão sociológica das Relações Internacionais, podemos analisar o populismo. O construtivismo ao afirmar que mudando o social, se muda a realidade, uma vez que o mundo é configurado por práticas sociais, esqueceu-se de observar os problemas da realidade dos Estados, os problemas dessa contínua procura por valores em comum e ignorou a constante prática internacional de sobrevivência e manutenção da soberania. Constantes essas que têm influenciado fortemente as práticas governamentais domésticas, bem como as estruturas e comportamentos sociais das nações. Seguindo a lógica de valores em comum que unam uma nação e garanta estabilidade a nível nacional e internacional, hoje observamos uma série de fatores que têm favorecido a formação de identidades comuns, como a convergência de valores ultranacionalistas; a incapacidade de atingir objetivos de forma unilateral; a intensidade do fluxo de transações; a repetição de práticas cooperativas, de práticas discursivas, entre outros.

Nesse contexto que hoje temos o surgimento de um novo populismo, o populismo de direita. Durante o século XX, o populismo era relacionado a um marxismo estrutural, decorrente de países periféricos ou em desenvolvimento, mas sempre ligado à ideia de tradução da verdadeira vontade da maioria. Atualmente, em razão da busca por sobrevivência do Estado, o populismo vem conectado também à vontade majoritária, contudo essa “maioria” é ligada aos que realmente representam a nação, aos que estão ligados à ideia de pátria e que compartilham dos mesmos valores necessários para o desenvolvimento do país, da economia e da democracia como um todo.

Hoje, em razão dessa intensa procura dos Estados por um novo equilíbrio de poder econômico e até mesmo militar, o populismo de direita é conservador e emerge de uma necessidade de recuperar ou reafirmar valores culturais, religiosos ou sociais relacionados com a pátria e a nação, como a identidade, o reconhecimento e o papel de determinado povo no mundo. Em outras palavras, estruturas não materiais que interferem na concepção dos agentes, mas que o construtivismo, cegado pela utopia de um mundo transacional, perdeu a comunicação com a sociedade.

Além disso, o populismo tem tendência a se desenvolver em lugares onde os partidos tradicionais perderam a credibilidade junto dos seus eleitores. Por meio de uma retórica simples, direta e facilmente perceptível pelo cidadão médio comum, partidos populistas pregam intensa defesa dos

interesses do povo contra uma minoria privilegiada, e o enfraquecimento das instituições e valores atuais, colocando seus próprios métodos como a única solução possível para o reequilíbrio econômico e democrático.

A dificuldade da análise desse populismo, por parte da teoria construtivista, se dá em vista do enraizamento na atual concepção sociológica, focado apenas na construção de uma hierarquia/equilíbrio social e utopia de um sistema internacional. Nasce então a dificuldade de dialogar e analisar, de forma mais intensa, esses atuais “gritos” por sobrevivência dos Estados, que cada vez mais caminham para política internacional extremista e realista. Isso porque, os atuais contextos externos de “guerras por procuração” das grandes potências (principalmente Estados Unidos e Rússia), bem como a constante tentativa de manutenção e expansão das áreas de influência econômica e política dos países desenvolvidos, tem gerado forte influência nas políticas internas e discursos políticos nacionais.

Este quadro, com o atual populismo, levanta aqui uma visão diferente. Ao invés do comportamento social influenciar os Estados, quem sabe o atual comportamento da sociedade internacional não está influenciando os Estados e, conseqüentemente, os que recebem essas informações, os civis.

Conclusão: Influência na eleição de Bolsonaro

Conforme abordado anteriormente, o populismo é conceituado como um fenômeno político em que o governante baseia suas estratégias na divisão da sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos, sempre “o povo” e “a elite corrupta”, afirmando que as mesmas possuem interesses totalmente irreconciliáveis, colocando como única solução possível para essa situação medidas que enfatizem a soberania nacional ou popular. Em outras palavras, por meio de discursos generalistas e de fácil entendimento, utilizam a estratégia do “eles contra nós” conquistando, assim, legitimidade e gerando identidade com a população.

Nesse diapasão, podemos citar vários lugares no mundo hoje que contam com esse cenário populista: Trump, nos Estados Unidos; Brexit, no Reino Unido; crescimento da Frente Nacional, na França; Syriza, na Grécia; Podemos, na Espanha; e, finalmente, Bolsonaro, no Brasil. Com discursos de valorização do Estado-nação, fortalecimento de fronteiras e desenvolvimento da economia nacional, percebe-se atualmente o

crescimento do populismo em vários países, que tende a centrar a definição de “povo” como um ente étnico.

Normalmente decorrente de quadros políticos e econômicos instáveis, os políticos populistas emergem de contextos em que a classe média ou opinião pública se tornam obcecados pela necessidade de recuperar o seu *status* e reafirmar valores culturais, religiosos e sociais relacionados à pátria, identidade e reconhecimento/meritocracia. Com base nisto, tais políticos afirmam ser a favor de uma nova justiça social.

E no Brasil não foi diferente, exatamente nesse contexto tivemos o surgimento de Jair Bolsonaro. Como ora demonstrado, a democracia brasileira, desde o seu nascimento, se demonstrou sempre muito frágil e instável, o que inicialmente já abre espaço para discursos como o atualmente praticado pelo novo presidente. Afirmando ser capaz de instituir um governo sólido e encontrando reforço nas demandas da sociedade brasileira por alternativas repressivas, diante dos últimos casos de corrupção e instabilidade no governo, Bolsonaro foi eleito presidente. Aproveitando-se desse cenário, o antes deputado construiu um imaginário de que o “delinquente” é sempre um “outro” que sequer tem conexão com a nação e que obstrui o bom andamento da sociedade brasileira.

Utilizando-se ainda de seu currículo militar, buscou aspectos identitários no meio de uma sociedade desesperada por soluções. A valorização das tradições, da moralidade cristã e a espetacularização dos embates foram transpostos para a vida política como forma de justificativa da proteção dos “cidadãos de bem”. Nesse sentido, reforça a idéia de cidadania como direito de todos e apenas os que decidem não seguir essa lógica se tornam cidadãos à margem da sociedade, ou seja, coloca o acesso a direitos sociais como se fossem apenas decorrentes de uma escolha e não de um complexo contexto social.

Com base na lógica populista de enfraquecimento de antigas instituições, o atual presidente já sugeriu e ratificou o fim do Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Cultura e a privatização de diversas empresas públicas, afirmando ser essa a única forma de distribuição da renda e pagamento da dívida pública. Além disso, com *slogans* como “a nossa bandeira é verde-amarela”, o atual presidente afirma em seu programa de governo que, nos últimos trinta anos, o “marxismo cultural e suas derivações” se uniu às oligarquias corruptas para acabar com os valores da nação e da família brasileira. Afirmar que tais “desvirtuamentos” seriam decorrentes de influências comunistas e esquerdistas, sendo necessário, então, nos “libertarmos” para um novo começo. Nesse sentido, o proposto

“renascer” da política brasileira seria um que ignora as causas das maiorias que são tratadas como minoria, que ignora movimentos sociais - como LGBT e feminismo.

Insta lembrar que, com o objetivo de sobrevivência e fortalecimento do Estado, Bolsonaro ressalta ainda a importância de garantia da lei e da ordem, engrandece o militarismo e a ditadura militar - com referências até mesmo ao Nazismo e à luta contra o socialismo -, protege a ideia de liberação de armas, bem como reforça o papel do exército junto à “defesa da democracia” e das fronteiras no país. Adicionado a isso, a todo o momento valoriza e faz referência a comandantes militares que obtiveram destaque por suas torturas nas ditaduras militares, e exalta sempre que possível os Estados Unidos e o governo de Donald Trump, afirmando reciprocidade de interesse políticos e ideológicos, que podem levar ao crescimento e desenvolvimento do país.

Este quadro, hoje, no Brasil, é reflexo de vários eufemismos sociológicos com base em utopias que ignoram a realidade dos fatos. Infelizmente, na contrabalança dessa situação, temos um lado altamente instruído, influenciado por ideais de equilíbrio social, que ignora a construção educacional e social do país, levando a uma comunicação totalmente conturbada ou até mesmo inexistente; e outro, socialmente construído para ignorância e controle, que hoje se encontra cego e desesperado por mudança, influenciado pelo comportamento de sobrevivência dos Estados.

Desse modo, governos como o de Bolsonaro sugerem a necessidade de refletir sobre a influência da atual conjuntura internacional – de controle e sobrevivência dos Estados por meio da hiper apreciação de valores nacionais – nos governos internos. Esse mesmo contexto tem gerado abismos que abrem espaço para um populismo de direita com uma falsa percepção de inclusão e união de valores, além de, conseqüentemente, aos atuais quadros de extremismo na política.

Bibliografia

Griffiths, M. (2005). *50 Grandes estrategistas das Relações Internacionais*. (pp. 11 – 77, 290-297). São Paulo, Brasil: Editora Contexto.

Bueno, A. (2016). *Perspectivas Contemporâneas sobre Regimes Internacionais: A abordagem construtivista*. São Paulo, Brasil: UNICAMP.

Galito M., (2017). *Populismo – Conceptualização do Fenómeno*. Lisboa, Portugal: Lisbon School of Economics & Management

Salomón M. e Pinheiro L.. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos - *Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, 56(1), 40-59. Brasília, Brasil. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>.

Projeto de Governo, Jair Bolsonaro (2019). Disponível em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf

Europe and right-wing nationalism: A country-by-country guide. (Maio, 24 de 2019). BBC News, Consultado em 20/06/2019. Retirado de: Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>

Os seis partidos de extrema-direita mais votados da Europa (Agosto de 2019). Jornal O GLOBO. Consultado em 07/08/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/os-seis-partidos-de-extrema-direita-mais-votados-da-europa-19366693>

Wodak R., KhosraviNik M. & Mral B. (2013). Right-Wing Populism in Europe: Politics and Discourse. Politics and Discourse. London: Bloomsbury Academic.

Gherghina S., Miscoiu S. & Soare S. (2013). Contemporary Populism: A controversial concept and its diverse forms. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa

Pólo Universitário do Alto da Ajuda,

1349-055 Lisboa

Tel. (00351) 21 361 94 30

geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

CALIXTO, Náthaly. «Teoria construtivista e o populismo contemporâneo: o caso brasileiro», *Working Paper #89*, Observatório Político, publicado em 31/10/2019, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.